



**Medidas de Percepção de Cidadãos sobre Gastos Indiretos do Governo:  
uma Revisão de Literatura**

**Citizens 'Perception Measures on Indirect Government Expenses: a  
Literature Review**

**Medidas de Percepción de los Ciudadanos sobre los Gastos  
Gubernamentales Indirectos: una Revisión de la Literatura**

**Amanda Maciel Carneiro Turini**

<http://orcid.org/0000-0001-7149-2311>

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil  
amandamcarneiro@hotmail.com*

**Rafael Tezza**

<https://orcid.org/0000-0002-6539-4608>

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil  
rafael.tezza@udesc.br*

**Everton Luis Pellizzaro de Lorenzi Cancellier**

<https://orcid.org/0000-0002-2634-4763>

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil  
everton.cancellier@udesc.br*

**Fabiano Maury Raupp**

<https://orcid.org/0000-0001-9533-2574>

*Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil  
fabianoraupp@hotmail.com*

**RESUMO**

Esse estudo tem por objetivo analisar medidas de percepção de cidadãos sobre gastos indiretos do governo, que são aqueles feitos via sistema tributário, a exemplo de benefícios tributários. Busca apresentá-las e descrevê-las, compilando conhecimento que se encontra disperso. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos que abordam a temática em duas bases de dados (Scopus e EBSCO), com busca sem restrição temporal de início e limitada até junho de 2020, e filtraram-se os resultados, apresentados os de estrita relação com o constructo. A pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, com enfoque analítico, abordagem qualitativa, e apoio bibliográfico. Os resultados apontam cinco estudos diferentes, que não-exaustivamente se usam de dimensões de ideologia, informações, impacto na dívida nacional, percepção sobre beneficiários, linguagem e efeito redistributivo para abordarem o tema.

Verificou-se que não há uma escala universalmente aceita para tanto, e que os estudos referentes ao tema o analisam em grande maioria em contraste com a percepção sobre gastos diretos. O fato de estarem situados todos no contexto norte-americano pode ter como possíveis explicações, dentre outras, tanto as bases de busca quanto o fato do país ser o berço do tema de estudos, percebendo-se lacuna em ausência de estudos brasileiros ou voltados ao contexto brasileiro referentes ao assunto. Dentre as contribuições, evidencia-se o estágio dos estudos no campo até o presente momento, a compilação e análise contribuindo com o conhecimento na área e auxiliando estudos futuros e o potencial para servirem de apoio a gestores públicos que lidem com entrega de benefícios.

**Palavras-Chave:** Medidas de percepção. Cidadão. Gastos indiretos. Governo.

#### **ABSTRACT**

This study aims to analyze measures of citizens' perception of indirect government spending. It seeks to present and describe them, compiling this knowledge that is dispersed. To this end, a bibliographic survey of articles addressing the theme was carried out in two databases (Scopus and EBSCO), without date restriction, and the results were filtered, presenting those that had a strict relationship with the construct. The research can be characterized as descriptive, with an analytical focus, qualitative approach, and bibliographic support. The results point to five different studies, which non-exhaustively use dimensions of ideology, information, impact on national debt, perception of beneficiaries, language and redistributive effect to address the issue. It was found that there is no universally accepted scale for this, and that the studies on the subject analyze it in great majority in contrast to the perception of direct spending. Still, a gap was noticed in the absence of Brazilian studies or those focused on the Brazilian context related to the subject. Among the contributions, it is evident the stage of studies in the field until the present moment and it is expected that the compilation and analysis will guide and enable future academic studies, contributing with the knowledge in the area, as well as serving as support to public managers who deal with delivery of benefits.

**Keywords:** Perception measures. Citizen. Indirect costs. Government.

#### **RESUMEN**

Este estudio tiene como objetivo analizar medidas de percepción ciudadana del gasto público indirecto. Busca presentarlas y describirlas, recopilando ese conocimiento que se encuentra disperso. Para ello, se realizó un relevamiento bibliográfico de artículos que abordan el tema en dos bases de datos (Scopus y EBSCO), sin restricción de fecha, y se filtraron los resultados, presentando aquellos que tuvieran una relación estricta con el constructo. La investigación se puede caracterizar como descriptiva, con enfoque analítico, enfoque cualitativo y soporte bibliográfico. Los resultados apuntan a cinco estudios diferentes, que utilizan de manera no exhaustiva dimensiones de ideología, información, impacto en la deuda nacional, percepción de beneficiarios, lenguaje y efecto redistributivo para abordar el tema. Se encontró que no existe una escala universalmente aceptada para esto, y que los estudios sobre el tema lo analizan en gran mayoría en contraste con la percepción del gasto directo. Aún así, se notó una brecha en la ausencia de estudios brasileños o enfocados en el contexto brasileño relacionados con el tema. Entre los aportes, se evidencia la etapa de estudios en el campo hasta el momento actual y se espera que la compilación y análisis orienten y posibiliten futuros estudios académicos, aportando con el conocimiento en el área, además de servir de apoyo a los gestores públicos que se ocupan de entrega de beneficios.

**Palabras clave:** Medidas de percepción. Ciudadano. Costos indirectos. Gobierno.

## **1 INTRODUÇÃO**

O governo, em sua missão essencial de satisfação dos interesses públicos, entrega benefícios aos cidadãos tradicionalmente via gastos diretos – ofertando diretamente serviços como os de saúde, transporte, segurança e educação com gastos controlados em orçamentos públicos, e alocação de valores a determinadas áreas julgadas de interesse público (NABAIS, 2012). Ocorre, porém, que esta não é a única maneira pela qual benefícios sociais podem ser entregues à população. Desde a década de 70, a partir, principalmente, dos estudos de Stanley Surrey (SURREY; MCDANIEL, 1976), nos Estados Unidos, tem-se voltado atenção à existência dos chamados “gastos indiretos”, categoria que se relaciona àqueles feitos via sistema tributário. Embora há muito já existentes, e comumente utilizados em vários países, recentemente a temática tem feito parte de uma agenda de estudos de pesquisadores, os quais exploram o tema, a maneira como esses gastos são realizados, e seus impactos.

Uma linha de pesquisa que vem, aos poucos, sendo realizada, diz respeito à percepção sobre gastos indiretos (CLARKE; FOX, 2015; FARICY; ELLIS, 2011; 2014; 2019; HASELSWERDT; BARTELS, 2015). Mais do que conceitos e comparativos quantitativos de entrega de benefícios, interessa a essa linha a visão dos cidadãos sobre esses mecanismos de entrega, com foco na percepção sobre gastos indiretos. Embora os estudos em geral sobre gastos tributários tenham ganhado mais espaço nos últimos anos, estudos relacionados à percepção ainda se encontram em amadurecimento, em número reduzido, e de grande importância. Importa dizer que a compreensão de “percepção” aqui percebida é de um constructo que não se observa diretamente, cujo acesso requer alguma forma de medida, comum nas ciências sociais e em temas de interesse social (DEVELLIS, 2012). A medição, para fenômenos com essa característica, é uma forma de possibilitar a verificação do fenômeno e ampliar a capacidade de aproximação a ele.

Neste ínterim, o estudo em tela buscou analisar medidas de percepção de cidadãos sobre gastos indiretos do governo em estudos já publicados. Entende-se que a compilação e análise de medidas já existentes são fundamentais para uma melhor compreensão sobre o tema e essenciais para fomentar o debate, auxiliando a construção de um corpo de conhecimento sobre o tema. Apoiou-se em metodologia exploratória e descritiva, com enfoque analítico, abordagem qualitativa e apoio bibliográfico nos estudos selecionados nas bases Scopus e EBSCO, sem restrição de data. Foram lidos, por completo, 61 documentos de retorno das bases, e selecionados 5 ao final, tendo com critérios a aderência ao objetivo pretendido, em línguas espanhol, inglês e português. Adicionalmente, se teve contato com outras referências bibliográficas sobre o tema para composição da seção teórica, com ampla revisão de literatura. Tais questões serão exploradas na seção que trata dos procedimentos metodológicos.

## **2 TEORIA SOBRE O TEMA E CONSTRUCTO**

Para que possa cumprir sua missão de satisfazer os interesses da sociedade (MARTINS, 2009), o governo se vale da receita disponível e recolhe da sociedade valores, na forma de tributos, de maneira a custear serviços essenciais à boa vida da população (NABAIS, 2012). Tradicionalmente, esses serviços são ofertados via gastos diretos, uma utilização direta da receita arrecadada pelo Estado para a consecução de políticas públicas (BUISSA; BEVILACQUA; MORAIS, 2017).

Ocorre, porém, que esta não é a única maneira de intervenção do Estado para incentivar setores, atividades, regiões ou agentes econômicos. Os chamados “gastos indiretos” do governo

correspondem a uma categoria de gastos feitos via sistema tributário, encontrada em diversos países pelo mundo. Também conhecidos como “gastos tributários”, “despesas tributárias”, “tax expenditures”, “tax remission”, “tax reliefs”, dentre outros, compreendem os gastos tributários o efeito financeiro, quantitativo, de um benefício fiscal concedido pelo Estado (TRONQUINI; LIMBERGER, 2017). Não se tem a intenção de entrar na discussão de terminologia e suas nuances, compreendidos todos os termos neste estudo utilizados como representantes de um mesmo conceito.

Despesas tributárias são montantes de ingressos que o Estado deixa de receber por outorgar um tratamento tributário diferenciado, para intervir em situações julgadas excepcionais. Historicamente, foram reportadas inicialmente por países como a Alemanha e os Estados Unidos, e são reconhecidas como instrumentos de intervenção para vários países (FMI, 2007). A cunhagem do termo “tax expenditure” foi atribuída a Stanley Surrey, reconhecendo essa forma de tratamento como uma forma de gasto estatal e definindo-a como uma exclusão tributária que não constitui a estrutura básica de um imposto e que institui um tratamento diferenciado a determinado grupo (SURREY; MCDANIEL, 1976). No Brasil, a legislação vem tratando gastos tributários na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, no Código Tributário Nacional e na Lei 4320/64, principalmente e não exaustivamente.

Os gastos indiretos, assim, desoneram certos indivíduos ou grupos de uma obrigação tributária. Devem ser vinculados a programas relevantes (HEALD, 1979) e de grande interesse público (HARADA, 2011). São (des)conhecidos pelos impactos associados e pelo fato de atuarem fora do orçamento público, com baixo escrutínio (MARPLES, 2015), privilegiarem uma minoria (TODER, 2000), estreitarem a base arrecadatória e sobrecarregarem os não beneficiados (STREAMS; GAVILO-LANE, 2006), serem ocultos (BURMAN; PHAUP, 2012), terem efeito redistributivo regressivo (BRANCO; COSTA, 2019), e uso generalizado, crescente (OCDE, 2010) e político (TODER, 2000). Ao mesmo tempo, pelas possíveis correções de falha de mercado (MARPLES, 2015), incentivo ao desenvolvimento (ZEE; STOTSKY; LEY, 2002), indução de comportamento (DAVIE, 1998) e possibilidades de alocação de valores por escolha particular (SHOUP, 1975), são vistos como alternativas possíveis para problemas públicos.

Alguns autores brasileiros passaram a dar atenção ao tema (BUISSA; BEVILACQUA, MORAIS, 2017; PELLEGRINI, 2016; PIMENTEL, 2019), pleiteando que a sociedade seja informada exaustivamente sobre as características de gasto das despesas tributárias. Em menor número, estudos que já datam de quase duas décadas dedicaram atenção aos aspectos teóricos dos gastos tributários, como Nóbrega (2002) e Pureza (2006). A transparência de gastos tributários foi alvo de estudo recente de Azevedo e Cabello (2020), sob a ótica da contabilização das transações. Alguns estudos, como os de Diniz e Afonso (2014) e Tronquini e Limberger (2017) fizeram medições de crescimento de gasto tributário em comparativos com gastos diretos e análises de receita potencial. Estudos como o de Moraes e Bender Filho (2017) e Araújo e Paes (2019) abordaram benefícios e renúncia de receita no Brasil. Todos os citados, veja-se, voltados a análises mais contábeis do que de comportamento e percepção do público. Não seremos justos ao tentarmos exaustivamente elencar todos os pesquisadores brasileiros que, de alguma forma, estudam o tema de gastos indiretos.

De maneira geral, os estudos foram desenvolvidos com base em teoria que assume, inicialmente, que o peso de um gasto direto é o mesmo de um gasto indireto para um governo qualquer. Todavia, isso pode não ser claro para contribuintes e cidadãos, os quais podem ter suas preferências e percepções alteradas tanto por efeitos de enquadramento, quanto pelo *status quo* de programas existentes, por condições e experiências com programas anteriores, efeitos de reação e preferências ideológicas, bem como por efeitos redistributivos, situações políticas, percepção sobre ou condição de beneficiários, e sobre a capacidade do governo de entrega de

serviços de qualidade, dentre outros. O tratamento e processo orçamentário dos valores também tem base teórica de impacto na transparência dos programas, assim como a possibilidade de acordos e forças de poder atuantes. Nesse sentido, estudos como os de Tvesky e Kahneman (1986), Pierson (1993), Howard (1997), Hansen (1998), Gilens (1999), Wlezien (2004), Mettler (2011) e Ellis e Stimson (2012) foram alguns dos que deram base às hipóteses de impacto dessas variáveis no fenômeno, auxiliando a construção e compreensão do construto de percepção.

Seguindo esta linha, Faricy e Ellis (2011, 2014 e 2019), Clarke e Fox (2015) e Haselswerdt e Bartels (2015) conduziram estudos voltados a captar a percepção dos cidadãos sobre gastos tributários. As medidas de percepção, assim, auxiliam a captura da essência da percepção dos indivíduos – dizendo respeito, portanto, às características dos próprios cidadãos, e não aos gastos tributários propriamente ditos. Esse é o fenômeno ao qual se volta essa pesquisa, com base teórica de suporte de análise em Pasquali (2004), Hair et al. (2005), Costa (2011), Barbetta (2011) e DeVellis (2012).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa empreendida, quanto aos objetivos, é entendida como descritiva que, por sua vez, pretende “identificar, relatar, comparar” (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 81). No que tange aos procedimentos, “maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados” (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 83), o método de foi o de pesquisa bibliográfica. A abordagem é de cunho qualitativo, pela característica de levantamento do assunto e suas possíveis interações com tópicos correlatos (ALVES, 2003), podendo ser vista como uma maneira pertinente de conhecer a natureza de determinado fenômeno social (RAUPP; BEUREN, 2003).

A coleta se fez com base em estudos selecionados nas bases de dados Scopus e EBSCO, selecionada a primeira por sua abrangência - sendo a Scopus “o maior banco de dados de resumos e citações de literatura por pares” (ELSEVIER, 2020) – e a segunda pela referência no Brasil na área de Administração e negócios (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020; UNOESC, 2020) com termos de busca (proxies) de “perception\*”, “opinion\*”, “tax expenditure\*”, “tax remission\*”, “tax relief\*” pesquisados em título, resumo e palavras-chaves, sem restrição de data de início, com fim em junho de 2020 (data final da busca).

A título de esclarecimento, os asteriscos após os termos são comandos utilizados em buscas de bases de dados que permitem que retornem da busca termos com qualquer número de letras após as palavras buscadas – como, por exemplo, “perception” ou “perceptions”. Já as aspas são um comando enviado aos buscadores para que os retornos tragam as palavras integralmente e na ordem apresentadas, evitando retornos como, por exemplo, “taxation on pain reliefs”. Os dois primeiros termos foram combinados com os três últimos pelo termo “AND”, que orienta a busca na base para trazer retornos de artigos que, por exemplo, mencionassem “perception\*” e (“and”) “tax expenditure\*” no mesmo artigo.

Os termos foram buscados em inglês pela ciência de que a imensa maioria dos trabalhos publicados utiliza este idioma, independentemente de serem nacionais ou internacionais, nem que seja em tradução parcial de resumos, título e palavras-chaves (BONILLA, 2021). Somado a este fato, os estudos exploratórios apontaram a literatura norte-americana como a referência no estudo do tema, apontando o caminho para definir as estratégias de busca.

Foram lidos, por completo, 61 documentos de retorno das bases (cujo retorno foi de 63 documentos, dois deles constantes nas duas bases), e selecionados 5 ao final, tendo com critérios a aderência ao objetivo pretendido, bem como estudos nas línguas espanhol, inglês e

português. Esses critérios foram capazes de descartar, por exemplo, estudos que mencionavam o termo “tax relief” e o termo “perception” mas não se relacionavam à medidas sobre a percepção ou opinião da população acerca de gastos indiretos de governo, como o de Horton (2010), que aborda solidariedade, trabalho e política no Estado de bem-estar social. Assim, direcionando o olhar para o objetivo pretendido por esta pesquisa, foi-se capaz de trazer como objetos de análise somente estudos estritamente relacionados às medidas de percepção dos cidadãos sobre gastos indiretos do governo.

No mesmo sentido, alguns dos retornos das buscas trouxeram notícias jornalísticas, as quais foram descartadas, direcionando a seleção para estudos constantes em artigos publicados em revistas das bases. A pesquisa nas bases se deu no mês de junho de 2020, testando, à priori dos 61 documentos, os proxies que melhor se aproximavam dos objetivos da pesquisa e refinando as buscas. A escolha metodológica pode trazer em si algumas limitações, como a possibilidade de não identificação de outros estudos relacionados e a restrição das bases pesquisadas. Isso pode justificar, em partes, o fato de que os resultados apresentados neste trabalho sejam todos do contexto norte-americano, somado ao fato dos Estados Unidos serem o berço dos estudos do campo, tendo em Surrey (1976) seu expoente seminal.

Como técnica de análise dos dados fez-se uso da análise qualitativa de conteúdo, “técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema” (VERGARA, 2010, p. 7). O enfoque analítico é evidenciado na análise dos resultados, pautados nas referências teóricas, a fim de permitir discussão e apreciação aprofundada do assunto.

#### 4 RESULTADOS

Feito o recorte do objeto de interesse dessa pesquisa como medidas de percepção de cidadãos sobre gastos tributários do governo, e considerando-se a adequabilidade ao constructo, apresentam-se no Quadro 1 os estudos selecionados e suas respectivas características.

**Quadro 1 – Síntese de estudos sobre medidas de percepção de cidadãos sobre gastos tributários**

Ano	Autores e título	Periódico	Fonte e Contexto	Objetivo e abordagem para captação do fenômeno
2011	Ellis, Christopher; Faricy, Christopher.  Social policy and public opinion: how the ideological Direction of spending influences public mood.	The Journal of Politics	<b>Fonte dos dados:</b> Uso de dados oficiais de gastos, dados do General Social Service e de escala de “humor”  <b>Contexto:</b> Estados Unidos da América	Buscaram compreender se os fatores que influenciam o apoio a gastos diretos são os mesmos para os indiretos; a influência de efeitos redistributivos no apoio a gastos e a percepção de diferença de entrega pelo meio direto ou indireto.
2014.  Publicado online em 2013.	Faricy, Christopher; Ellis, Christopher.  Public attitudes towards social spending in the United States: the differences between direct spending and tax expenditures.	Political Behavior	<b>Amostra:</b> 373 alunos. Conveniência.  <b>Contexto:</b> Estados Unidos da América	Com experiências que simularam diferenças entre o mecanismo de entrega e inclusão de informações sobre efeito regressivo nas afirmações, buscaram, dentre outros objetivos, determinar a percepção e suporte dos pesquisados a programas de gastos indiretos e diretos, existentes ou hipotéticos.
2015	Clarke, Conor; Fox, Edward.	The Yale Law	<b>Amostra:</b> 1000 usuários da internet,	Buscaram em experimento verificar o apoio a gastos indiretos,

	Perceptions of taxing and spending: a survey experimente.	Journal	via GCS. Nem todas as respostas foram aproveitadas. <b>Contexto:</b> Estados Unidos da América	mesclando informações de custos, redações distintas, programas diferentes e preferência do público sobre recebimento de benefício por meio indireto ou direto.
2015	Haselswerdt, Jake; Bartes, Brando L.  Public opinion, policy tools, and the status quo: evidence from a Survey Experiment.	Political Research Quarterly	<b>Amostra:</b> 1000 adultos. Probabilística.  <b>Contexto:</b> Estados Unidos da América.	Buscaram em experimento verificar o suporte a gastos indiretos, percepção e eventual preferência a gastos diretos. Incluíram elementos de informação, dívida nacional e ideologia na pesquisa.
2019	Ellis, Christopher; Faricy, Christopher.  Race, “Deservingness” and social spending attitudes: the role of policy delivery mechanism.	Political Behavior	<b>Amostra:</b> Subamostra de 1000 entrevistados da Cooperativa de 2014, restringida aos respondentes não negros.  <b>Contexto:</b> Estados Unidos da América.	Buscaram examinar a percepção dos cidadãos quanto ao meio de entrega do benefício e sobre os beneficiários, com atenção a preconceitos raciais e noção de contribuinte e merecimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

#### 4.1 ESTUDO 1

A literatura no estudo de Ellis e Faricy demonstrou presunção teórica de que o que importa é o gasto, e não o meio; os autores, por sua vez, encontraram os seus resultados o impulsionamento da opinião pública não pelo montante total dos gastos do governo federal, mas sim pela alocação relativa aos meios de entrega (ELLIS; FARICY, 2011). Mesmo entendidos os gastos indiretos como um componente dos gastos de governo, de mesmo efeito que os diretos, diferenças de percepção foram encontradas por supostas implicações na distribuição do dinheiro e nos beneficiários. Argumentos teóricos sobre os efeitos redistributivos dos meios e das populações que se servem dos sistemas público e privado foram trazidos à discussão.

Teorias de modelo termostático que envolvem reação à ideologia dominante política e teoria de feedback (que implica na possibilidade do público de compreender e reagir a uma política) são utilizadas para formarem três argumentos: os mesmos fatores que influenciam a responsividade a gastos diretos aparecerão nos gastos indiretos; os efeitos redistributivos das políticas influenciam o apoio a uma ou outra forma (outputs influenciando inputs); e o meio de entrega têm impacto maior do que o gasto global pelas diferenças ideológicas. Essas são as hipóteses testadas no estudo. A escala de “humor” do público (de difícil tradução do inglês, mas com conteúdo de preferência e percepção) de Stimson foi utilizada como apoio, com escores de 0-100 pontos de apoio a gastos diretos pelo governo federal. A dimensão de preferência utilizada e a anterior aplicação do instrumento fez com que os autores considerassem validade de face ao estudo.

Uma regressão foi criada a partir de betas de gasto indireto, gasto direto, variáveis exógenas e erro. Foram modeladas mudanças de preferência como função dos níveis de gastos, baseadas na teoria termostática, na escala de Stimson e em dados oficiais de governo, assim como do General Social Service (GSS), que perguntam aos respondentes preferências em áreas

políticas e as codificam num escore somado. As mudanças de apoio a gasto direto, como estudadas por Stimson, foram meio pelo qual se abordou o oposto: o apoio a gastos indiretos. Os dados do GSS foram contrastados com escolaridades para comparação de sua responsividade em mudanças em gastos governamentais, com nível de significância menor que 0.05 ( $p < 0,05$ ). Foi mencionado  $r^2$  na regressão de variável dependente “mudanças no liberalismo político”. Como resultados, o efeito dos gastos em sua totalidade não teve significância no apoio, conforme previsto pelos autores. Gastos indiretos promoveram aumento no apoio a gasto direto, com significância menor que 0.05 ( $p < 0,05$ ), e gastos diretos, o oposto, também com a mesma significância, o que faz com que os autores reafirmem sua suposição de efeitos de reação. Mudanças em desemprego e inflação não tiveram significância no modelo, e leis importantes teve a  $p < 0,10$ .

#### 4.2 ESTUDO 2

O estudo de Faricy e Elis utilizou no experimento os programas de dedução tributária de juros em hipotecas (gasto tributário), dedução tributária de poupança de aposentadoria (gasto tributário) e cupom de alimentação (gasto direto). As hipóteses formuladas foram as seguintes:

H1: Para programas sociais que redistribuem a riqueza para cima, o fornecimento de informações sobre esses efeitos diminuirão o apoio público a eles.

H2: Programas sociais retratados como “despesas tributárias” terão apoio mais forte do que os retratados como “gastos diretos”.

H3: Para programas sociais que redistribuem a riqueza para cima, o fornecimento de informações sobre os efeitos redistributivos do programa diminuirão o suporte mais fortemente entre os democratas do que entre os republicanos.

H4: O enquadramento de um programa como " gastos diretos " em oposição a " gastos tributários " diminuirá mais fortemente o apoio a esse programa entre os republicanos do que entre democratas.

A amostra foi de 373 respondentes, por conveniência. Preocupações com a falta de interação dos alunos com gastos tributários foi relatada em nota de rodapé, assim como uma maior tendência a efeitos de enquadramento. A amostra foi comparada com dados de programa nacional americano de população, e não foi considerada um problema pelos autores. Foi feita uma análise descritiva dos dados. Houve uso de uma regressão para cada um dos programas e cada uma das variáveis. Percebe-se também uso de variáveis dummy, como feminino 1. O suporte foi verificado em uma escala de forte suporte codificada em 5 a forte oposição codificada em 1.

A identificação partidária teve influência negativa no modelo para hipoteca ( $p < 0,05$ ) e para cupons de alimentação ( $p < 0,10$ ). O suporte para soluções de livre-mercado foi significativo a 10% para o programa de vales de alimentação. A significância foi apresentada como ao nível de significância de 0,05 ou 0,10. Para o programa de hipoteca, as duas primeiras variáveis foram significantes (identificação partidária e igualitarismo), e a quinta também (merecimento) a  $p < 0,05$ . O gênero não teve significância em nenhum programa.

Todas as variáveis foram padronizadas, apresentando o mesmo peso. A interseção (coeficiente linear) não foi mencionada, de onde se supõe que foi forçada à constante zero. Os p-valores não foram apresentados. Consoante  $r^2$ , o programa explicado pelas variáveis é o de cupom de alimentação, seguido de hipoteca e, por fim, de aposentadoria.

Foram feitas análises de variância comparando os três programas. É mencionado que o grupo de aposentadoria e gasto direto são significantes. A significância foi aceita a  $p < 0,05$ . Em efeito de enquadramento, os valores de gastos indiretos não demonstraram significância na variação. Foram descritos dados de média de nível de suporte aos programas por questões de enquadramento. A escala de suporte é ordinal.

Os resultados mostraram maior suporte para um programa de aposentadoria via gastos tributários ao invés de pagamento direto. Os testes relacionados a juros de hipoteca não se mostraram significativos em sua resposta, e houve pouca evidência para efeitos em programas de ajuda alimentar. Sugeriram os autores que a ajuda alimentar já é feita via gasto direto (com entrega de cupom, como um vale-alimentação), e que esse programa já é bem estabelecido na história norte-americana.

#### 4.3 ESTUDO 3

No estudo de Clarke e Fox dois trabalhos usando alunos de direito e economia foram mencionados, sendo o de Zelinsky (2005) uma maneira de avaliar como os diferentes tipos de apoio financeiro a bombeiros mudava a visão do público sobre voluntariado, e o de Sheffrin (1994), sobre preferências de benefícios a empresas via gasto tributário pela visão de que “empresas devem pagar impostos”. O estudo 2 também foi citado, assim como um manuscrito não publicado dos mesmos autores do estudo 4.

Dois são as hipóteses levantadas: que os americanos têm maior probabilidade de apoiar políticas formuladas via gasto tributário, e que é provável que as considerem mais baratas do que as de gasto direto. Questões secundárias foram levantadas, como se há variação entre programas, ou entre políticas novas e existentes, ou se a quantidade de informações fornecida impactaria no apoio. Usando-se de alterações de redação e informações, os programas trabalhados foram o habitacional e ajuda a pessoas com deficiência. Houve a tentativa de compreender preferências por recebimento de dinheiro ou abatimento em impostos e percepção de onerosidade. Evitou-se usar programas já existentes, exceto o de hipoteca, tentando reduzir o viés de *status quo*.

O meio de coleta da amostra foi pelo programa Google Consumer Services (GCS) via painéis, o que, segundo os autores, é uma metodologia comparável a pesquisas por telefone. A estratificação é feita antes da pesquisa, pelos critérios definidos pelo pesquisador. A amostra utilizada, assim, foi composta de usuários da internet, com pouco mais de 1000 respostas, nem todas utilizáveis, motivo pelo qual a quantidade de respondentes variou a cada questão. Numa primeira rodada, foram pesquisados nove itens de respostas possíveis “sim” ou “não”. Essa bateria de questões enquadrava de formas diferentes os gastos e pesquisava diferentes programas. As respostas geraram uma distribuição de frequências. Uma segunda pesquisa buscou verificar se o rótulo “despesa tributária” fazia diferença, com duas questões de sim ou não para apoio a programa, uma identificada como “reduzir impostos” e outra trazendo o termo “tax expenditure”. Depois, uma terceira pesquisa buscou verificar se havia preferência em receber pessoalmente um valor direto ou crédito tributário. A significância foi atingida em todas as respostas a  $p < .01$ .

A percepção de aumento de déficit em uma política entregue via gasto indireto e outra via gasto direto também foi simulada com duas questões sobre a percepção de quanto o déficit público aumentaria, cujas respostas possíveis eram “nada”, “não muito”, “muito”. Foram distribuídas em frequências. A significância foi aceita a nível de  $p < .05$ . Ao total, foram trabalhados 18 itens nas três pesquisas.

No comparativo de respostas teve diferenças de médias significativas a  $p < .01$  em comparação de suporte via gastos diretos *versus* indiretos. Em todas, o apoio foi maior ao uso de gastos indiretos. Outra comparação significativa foi a redução de apoio à despesa tributária de hipoteca quando oferecidas informações de custo, pela qual os pesquisadores levantam o paradoxo de apoio *versus* informação.

Pela pesquisa, viu-se que o público considera as despesas tributárias menos

dispendiosas, concordando com hipótese teórica de gastos ocultos de governo. Ainda, que apoiam mais fortemente os gastos tributários. Um programa é visto, com maior propensão, como algo que “acrescenta muito” ao déficit público quando elaborado na forma de gasto direto, ainda que formulado da mesma maneira sob o rótulo de gasto indireto.

#### 4.4 ESTUDO 4

O estudo de Haselswerdt e Bartels observou uma possível receptividade aos gastos tributários e preferências se já existe uma política utilizando esse meio, assim como manutenção do status quo em menor entusiasmo por gasto tributário se a política já é bem estabelecida via gasto direto. Efeitos de ideologia norte-americana, segundo a qual, de acordo com os autores, os conservadores preferem incentivos fiscais (gastos indiretos) aos liberais, foram levantados, dadas características específicas do contexto geográfico da pesquisa.

Dentre as fontes teóricas e pesquisadores citados aparecem autores como Mettler (2011), Zelinsky (2005) e Faricy e Ellis (2014). Partindo desse arcabouço, foram realizados três experimentos para testar as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1: os entrevistados serão mais suportivos a um programa de despesas tributárias do que a um programa de gastos regulares idênticos (isto é, mesmos benefícios, mesmo custo);

H2: A preferência pelo programa entregue por gasto tributário (H1) deve ser a maior quando a despesa tributária é estabelecida como principal meios de intervenção governamental em uma área política, menor quando a intervenção direta é estabelecida, e em algum lugar no meio quando não há nenhum modo de intervenção existente;

H3: A preferência pelo programa entregue por gasto tributário (H1) deve ser mais pronunciada para indivíduos familiarizados com despesas tributárias como meio estabelecido de intervenção governamental e reduzida para indivíduos que são familiarizados com a intervenção direta do governo na dada área de política;

H4: O efeito positivo do mecanismo de entrega de despesas tributárias (relativo a despesas) relacionado à favorabilidade do programa será mais forte entre os conservadores e mais fraco entre os liberais.

H5: os entrevistados terão menos apoio a um programa quando as informações sobre o impacto na dívida nacional forem dadas;

H6: O efeito negativo das informações da dívida na favorabilidade de um programa (H5) será maior para a entrega via despesas tributárias do que para um programa de gastos diretos equivalente.

A amostra utilizada foi de 1000 adultos americanos, nacional, estratificada. Todos os pesquisados participaram dos três experimentos; tinham de 18 a 91 anos, com mediana de 54 anos e variação ideológica. Por restrições da pesquisa e escolhas, foram selecionadas áreas temáticas: proprietário (dedução de juros para hipoteca residencial – gasto tributário), treinamento profissional para desempregado (inclui capacitação profissional, seguro desemprego, treinamento financiado – gasto direto) e licença parental paga (ausente intervenção governamental). Foi realizada uma análise com dois fatores: mecanismo de entrega e presença/ausência de informações sobre contribuição do programa para a dívida nacional. Dimensões de familiaridade e formato do status quo de políticas existentes foram consideradas relevantes, e condicionaram o encaminhamento dos estudos.

Houve manipulação das três áreas em duas opções: via gasto direto ou indireto, a fim de medir o suporte. Além disso, foi adicionada ou não informação sobre os custos dos programas, com 4 condições experimentais: dinheiro, sem informação de dívida; dinheiro, com informação; gasto indireto, sem informação, gasto indireto, com informação. Interações foram feitas com dados demográficos. Os programas foram descritos aos pesquisados e as respostas foram computadas em uma escala de 7 pontos de fortemente aprovação a fortemente

desaprovação ao programa. Variáveis dummy foram utilizadas distinguindo gasto direto (0) e gasto tributário (1), bem como ausência ou não de informação da dívida nacional. Esperava-se relação negativa entre esses fatores. Essas variáveis serviram à H1, H5 e H6.

Para ideologia e teste de H4, uma escala de 7 pontos entre muito liberal (7) e muito conservador (1) foi elaborada inicialmente, e depois refeita entre 0-1. Variáveis demográficas foram inseridas para capturar a relação entre os programas e condições pessoais, como ser proprietário de uma casa e o experimento relacionado à propriedade, servindo à H3. Controles de idade, gênero (feminino sendo 1), raça (sendo 1 para não latinos), educação e renda (ordinal) foram feitos.

Não foram mencionadas validação de conteúdo ou pré-testes, embora levantados estudos anteriores relacionados a temas correlatos, inclusive o estudo 2. Em um modelos de regressão linear, com uma variável dependente (apoio) e uma série de independentes, com e sem interações, para cada um dos três programas, as significâncias apresentadas variaram entre  $p < .1$ ,  $.05$  e  $.01$ . O coeficiente linear foi apresentado, e é significativo a  $p < .01$  em todos os três programas, a despeito da falta de asterisco na terceira coluna. Conforme o  $r^2$  ajustado, o modelo de propriedade é melhor explicado pelas variáveis; seguido de licença parental e depois de treinamento para trabalho.

As conclusões foram as de preferência, pelos contribuintes, de entrega por meio de gastos indiretos a diretos com nível de significância de  $p < .01$ . A aprovação foi considerada com respostas acima de 5 pontos na escala. Coeficientes positivos e significativos de apoio a despesas tributárias maior do que a gastos diretos confirmaram a H1. Referente à H2, o efeito do mecanismo de entrega corroborou a ideia de que o apoio foi maior pelo meio de políticas já existentes. Houve maior efeito negativo em apoio a despesas tributárias quando dadas maiores informações, conforme H6, porém significativo somente para o programa de moradia. O efeito do tratamento da informação da dívida foi negativo e significativo para todos os três experimentos, como determinado por H5. Quanto a H3, no experimento de habitação, a interação variável da casa própria com a despesa tributária de tratamento da doença foi assinado positivamente e estatisticamente significativa ( $p < .01$ ), indicando que proprietários reagiram ainda mais positivamente às despesas tributárias de tratamento terapêutico que outros entrevistados. A H4 não será abordada, haja vista peculiaridade política local.

#### 4.5 ESTUDO 5

No estudo de Ellis e Faricy dois programas norte-americanos foram comparados: EITC (no qual o beneficiário tem que ganhar salário para receber benefício) e TANF (assistência temporária para famílias carentes), cujos objetivos gerais de política são similares: incentivo de emprego e estabilidade de família com auxílio de ajuda aos pobres. A pesquisa foi conduzida sobre atitudes em relação aos meios (verificação do mais apoiado); depois, sobre o impacto de entrega de benefícios hipotéticos variando o meio (verificação se programas idênticos são percebidos de forma diferente); finalmente, com avaliação sobre a percepção acerca dos beneficiários de despesa tributária e gasto direto (verificação se os beneficiários são percebidos de maneira diferente com base na maneira em que recebem os benefícios). A amostra contou com a parte de respondentes não negros dos 1000 entrevistados do CCES (Cooperative Congressional Election Study) conduzida pelo Yougov. A escala de racismo de Henry e Sears foi usada como base para a criação da escala dos pesquisadores.

Na primeira parte, foram elaborados dois itens com escala de cinco pontos entre concordo fortemente e discordo fortemente, sendo a segunda de código reverso, para medir atitudes de racismo simbólico. Essas respostas foram compiladas em uma escala de racismo

simbólico de 0 a 8, sendo os mais altos valores para maiores níveis de racismo. Foram adicionadas perguntas para medir confiança no governo e igualitarismo. Foi demonstrada uma regressão considerando apoio aos dois programas já existentes, um de gasto direto e outro indireto, em função do racismo simbólico, significantes a  $p < .05$ . Os apoios são mais negativos em gastos diretos, e este programa é melhor explicado pelo  $r^2$  do que o de gastos indiretos. Quando adicionadas outras variáveis, as duas regressões foram melhoradas na explicação da variação.

Na segunda parte, em escala de 5 pontos entre apoio fortemente e me oponho fortemente, foram medidos nível de suporte, informações idênticas e mecanismo de entrega diferente. Novamente, foi utilizada pesquisa da Yougov. Em duas questões idênticas em termos de informação e custo, o meio de entrega foi alterado para verificação de apoio. Uma regressão sobre atitudes em função do enquadramento e relações com variáveis foi realizada. Médias de apoio foram calculadas em variáveis ordinais.

A parte 3 se usou de 3 situações hipotéticas, com alterações nas características dos beneficiários e nos meios de entrega, misturando-as, questionando quão merecedores eram os beneficiários em cada situação. Novamente, foi conduzida pesquisa nacionalmente representativa via Yougov. A noção de trabalho foi considerada ligada à merecimento, com a despesa tributária privilegiando a noção de “contribuinte” a “beneficiário”. Em escala de 4 pontos de merecimento em proporção, foi calculada uma média significativa a  $p < .05$  nos dois primeiros programas, novamente com escala ordinal. Embora a nota de rodapé informe significância a  $p < .05$  de variação do apoio segundo o meio de entrega, o texto indica que a área “pagamento por necessidades” tem significância a nível de  $p < .10$  na diferença.

Os resultados concluíram por relações entre nível baixo de racismo simbólico e preferência sobre gasto direto, e entre nível mais alto e preferência por despesa tributária. O estudo não encontrou evidências suficientes sobre a popularidade e maior apoio às despesas tributárias, somente o impacto do racismo simbólico no apoio a depender do meio de entrega. Após a inclusão de outras variáveis além do racismo simbólico, não houve significância entre racismo simbólico e o enquadramento via gasto tributário, sendo o modelo melhor explicado por outras variáveis.

## **5 DISCUSSÕES: ORIGEM E TEOR DAS MEDIDAS DE PERCEPÇÃO**

Os estudos mencionados na seção anterior evidenciam as maneiras pelas quais o constructo tem sido mensurado em pesquisas, como se vê, internacionais. Não foram encontrados nas bases pesquisadas estudos brasileiros, voltados à realidade brasileira ou elaborados por pesquisadores brasileiros. Inicialmente, vê-se que três dos cinco estudos são dos mesmos autores: Christopher Ellis e Christopher Faricy, sendo dois deles publicados na revista *Political Behavior* e o outro, na revista *The Journal of Politics*. Mesmo não tendo sido colocada qualquer restrição de data na pesquisa, todos os estudos foram publicados na última década, mostrando o quão recente é o desenvolvimento de pesquisas concernentes ao assunto.

Interessante, também, a ressalva de que muitas vezes medidas com nomes diferentes buscam medir a mesma coisa. A teoria de base de cada estudo é o que determina como cada pesquisador entende o fenômeno (DEVELLIS, 2012), motivo pelo qual os cinco estudos foram selecionados. Todos eles tinham como intenção verificar a percepção do público sobre gastos indiretos como meio de entrega de benefícios. De maneira geral, foram desenvolvidos com base em teoria que assume, inicialmente, que o peso de um gasto direto é o mesmo de um gasto indireto para um governo qualquer. Apesar disso, todos concordam que isso pode não ser claro para contribuintes e cidadãos, os quais podem ter suas preferências e percepções alteradas tanto pelo status quo, por efeitos de enquadramento, por situações pessoais, efeitos termostáticos,

preferências ideológicas e políticas, visão de efeitos redistributivos, processo orçamentário, acordos e uso de poder e percepção sobre beneficiários ou condição de beneficiário, dentre outros. Esses são alguns dos aspectos em comum evidenciados e testados nos estudos selecionados.

Alguns estudos, como é o caso do 2, 3 e 4, valeram-se do enquadramento para verificar a percepção sobre gastos tributários. Tratando os mesmos programas na forma de gasto indireto ou direto, com algumas alterações para verificar outras hipóteses, e situações específicas como as de programas já existentes, buscaram compreender a percepção do público sobre os meios de entrega dado processo de contraste. Todos os referenciais teóricos foram focado em gastos indiretos e suas características próprias.

Quanto à amostra, o estudo 2 utilizou-se de alunos, em amostragem por conveniência. Já o estudo 4 utilizou-se de adultos em amostra probabilística. Essa distinção é interessante tanto do ponto de vista da familiaridade dos pesquisados com o tema quanto da representatividade da amostra. Resultados de experimento habitacional, em particular, contrastaram com os achados de Faricy e Ellis (2014) ao tratar de assistência a hipotecas via gasto indireto, de temática semelhante. Os autores do estudo 4 atribuíram essa diferença à diferença das amostras. O estudo 3 utilizou-se de amostra de usuários de internet. Trouxe algumas ressalvas quanto à representatividade com a população, e comparativos com outras pesquisas que demonstraram similaridade de pesquisas de internet com dados da população. O estudo 5, por sua vez, usou-se do Yougov para ter amostras representativas e em grande número da população. O estudo 1 não trouxe muitos dados relacionados à amostra e à coleta dos dados. Embora de interessante conteúdo, a ressalva é a de parca explicitação do percurso metodológico e processo para melhor compreensão do estudo relacionado. Apesar disso, apresenta o ponto forte de ser o primeiro estudo na temática. Ainda, deixa-se a ressalva de que amostras por conveniência não podem ser generalizáveis.

De forma geral, como forças puderam ser identificadas nos estudos levantados a inauguração de um campo de pesquisa de temática social e interesse mundial. Todos contaram com experimentos com vistas a captar a percepção de cidadãos frente ao uso de gastos indiretos, o que foi diretamente relacionado ao suporte a esses programas. Modelos estatísticos foram utilizados para testar as hipóteses de pesquisa, e o referencial teórico foi rico na abordagem da temática, o que serve de norte para outros pesquisadores que se interessem pelo tema. O estudo 2 trouxe uma análise de variância e foi capaz de informar qual dos valores era distinto, o que implica no uso de um teste de contraste, embora não mencionado. Essa informação traz maior aprofundamento do que somente a saída de um teste de ANOVA. Nas palavras de DeVellis (2012), um conjunto de itens é capaz de captar com maior precisão a essência da variável do que um único item. Em todos os estudos selecionados viu-se a utilização de multi-itens para a captura do fenômeno.

Alguns pontos merecem atenção nessa análise. O p-valor, que deveria ser definido a priori, implica no nível definido pelo pesquisador como aceitável para a significância do valor observado. Nos estudos 2 e 4, por exemplo, pode-se perceber a existência de aceitação de diferentes níveis de significância, o que contraria a literatura sobre a definição a priori do nível aceitável de significância estatística (HAIR JR. et al., 2005). O estudo 2 não mencionou os p-valores encontrados, representando uma limitação para a análise em tela. Trouxe, ainda,  $r^2$  na tabela de regressão, e não mencionou o ajuste do  $r^2$ , pelo qual não se pode afirmar se não foi utilizado o  $r^2$  ajustado ou se somente não houve menção no estudo. Caso não tenha sido utilizado o ajuste, pode-se esperar um valor superestimado no coeficiente de determinação apresentado (HAIR JR. et al., 2005). O mesmo se viu no estudo 5. Já no estudo 4, por exemplo, vê-se a

explícita menção do  $r^2$  ajustado, haja vista tratar-se de uma regressão múltipla, com vários betas.

Validações de conteúdo e de face não foram mencionadas nos estudos de forma geral. A ausência dessas validações, se de fato ocorreram, torna mais difícil saber se os respondentes estão de fato compreendendo o que está sendo questionado, ou se os constructos estão qualitativamente bem representados e definidos na abordagem escolhida, conforme Costa (2011). A existência de escala anterior foi considerada validade de face para o estudo 1, o que deixa margem a interpretações. O estudo 5, que utilizou amostra de pesquisa já realizada, se manteve silente quanto às validações. Confiabilidade e outras validades não chegaram a ser testadas dentro do alcance dos estudos desenvolvidos. O processo de geração e inclusão de itens não foi esclarecido nos estudos, somente sua concepção final. Não foram usadas perguntas abertas.

A ausência de informações demográficas no estudo 3 trouxe um alerta até aos próprios pesquisadores de que a amostra poderia não ser totalmente representativa, mas que se aproximaria do que era buscado. Foi levantado o ponto de que não era necessário confiar nas autorrespostas em assuntos delicados, e trazidos estudos comparando a representatividade das pesquisas utilizando GCS com a população em geral.

Observou-se o uso de média para variável ordinal (7 pontos de escala de apoio, por exemplo, no estudo 2), o que não condiz com a teoria de Barbetta (2011), que considera variáveis ordinais qualitativas sujeitas a outras formas de medidas, como mediana e ordenação de postos. Isso foi percebido tanto no estudo 2 quanto nos estudos 4 e 5. Pasquali (2004) esclarece escalas ordinais como aquelas cujas quantidades não são somáveis, o item posterior é maior do que o inferior, a distância entre os números não é igual e a origem é arbitrária, o que inviabiliza o uso de média para esse tipo de variável. Salientamos que Hair Jr. et al. (2005) utiliza escalas ordinais como quantitativas, o que demonstra classificações distintas na literatura.

Os trabalhos foram mais focados em estatística descritiva, com informações sobre os dados. Alguns utilizaram regressões para medir impacto de variáveis independentes nas dependentes, geralmente associadas ao apoio e percepção sobre gastos indiretos. Em nenhuma das regressões foi mencionada normalidade da variável dependente, a despeito dos ensinamentos de Hair et al. (2005).

O contraste com gastos diretos foi uma das maneiras mais comuns encontrada nos trabalhos para verificação de percepção do fenômeno. O estudo 5 não conseguiu verificar a popularidade e apoio às despesas tributárias, somente o impacto do racismo simbólico no apoio a depender do meio de entrega. Um comparativo entre médias via análise de variância, não mencionado mas suposto pelo texto discorrido na parte 2, não comprovou diferença entre as médias.

Uma característica dos estudos foi a de ausência ou poucos ajustes de modelo. A exploração do fenômeno se deu com a formulação e o teste das hipóteses levantadas. Nos estudos 2 e 4, por exemplo, foram testadas se as variáveis levantadas influenciavam ou não a dependente. O mesmo se viu no estudo 1, que levantou hipóteses de pesquisa e criou regressões. Algumas regressões, como as dos estudos 1 e 2, poderiam ter sido melhoradas, para aproximação de um modelo, eliminando variáveis que não apresentaram significância. De toda forma, respeita-se a intenção dos pesquisadores de testar as hipóteses, uma escolha na condução de seus trabalhos.

Situações específicas, como a ideologia política e identificação partidária foram testadas nos estudos 2 e 4, sendo, nesse último, variável de grande influência. Em se tratando do contexto norte-americano, o estudo 2, por exemplo, evidenciou que a resposta republicana teve maior suporte à despesa tributária do que a democrata. O liberalismo, nos estudos, também é associado a apoio a gastos diretos. Tendo em vista o contexto, isso é algo a ser considerado quando em

eventual replicação de escalas em outros países/cenários. Alguns vieses foram identificados pelos próprios pesquisadores, como viés de status quo. As amostras de alunos também podem ter sua representatividade mitigada, mas desde que explicitamente apresentadas como percepções de alunos, e não populacionais, encontram aí sua contribuição.

Fato é que toda medida, por natureza, tem seu grau de imprecisão. Os estudos levantados trazem em si o mérito de abordagem de temática nova, com seus méritos e pontos discutíveis a serem melhorados. Neste sentido, fica a reflexão de que medidas adequadas são condições necessárias a uma pesquisa válida (PASQUALI, 2004). A adequabilidade se relaciona à característica da própria percepção, ao necessário e apropriado para a análise do fenômeno – o que guarda um maior isomorfismo entre a medida e o fenômeno (PASQUALI, 2004).

Ainda, cabe levantar o ponto de que artigos geralmente são pequenos espaços para grandes pesquisas. É possível que informações que não foram apresentadas, processos e detalhes, tenham sido corretamente levantadas ao longo da pesquisa, e que pelo resumo de dados que um artigo requer por suas restrições, tenham sido deixadas ocultas aos leitores.

Finalizamos essa análise com o olhar de que quanto maiores as informações sobre o campo, e mais pesquisas forem elaboradas, maior o refinamento dos conhecimentos sobre a temática e, conseqüentemente, maiores as possibilidades de adequação e captação da percepção dos cidadãos sobre despesas tributárias. Esperamos ver ao longo do tempo mais pesquisas na área, e que esse estudo de alguma forma contribua para a possibilidade de medições que mais se aproximem do fenômeno pesquisado.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O assunto envolve conceitos e particularidades relacionados à percepção de cidadãos sobre gastos tributários – gastos realizados via código tributário, com a dedução de impostos de contribuintes em situações excepcionadas pelas leis de cada país. Embora a literatura venha dando cada vez mais atenção ao uso dos gastos tributários, a maioria dos estudos se concentra em comparações quantitativas de orçamentos, com escassez de pesquisas voltadas à percepção pública. O estudo, compilando e analisando essas poucas pesquisas realizadas até o momento, tem a intenção de contribuir com a ampliação dos conhecimentos do campo, e de tecer comentários gerais sobre as formas de mensuração identificadas.

A evidenciação das formas de mensuração sobre gastos indiretos foi permitida pelas compilação de estudos na temática. Foram identificados cinco estudos relacionados diretamente ao constructo analisado. Pontos em comum foram evidenciados na tentativa de captar a percepção dos cidadãos sobre gastos indiretos, geralmente em contraste com gastos diretos. Diferentes variáveis foram incluídas e associadas à percepção. Efeitos de enquadramento foram testados, e misturados programas existentes e não existentes. Diversas contribuições à área foram feitas. Por outro lado, fragilidades foram percebidas em usos de estatísticas não condizentes com as características das escalas, falta de ajuste em regressões múltiplas, significância admitida ao longo da pesquisa em valores distintos, falta de detalhamento da amostra e processo de pesquisa e falta de validações de translação de maneira geral. Dimensões foram identificadas aparentemente com bases teóricas, sem grandes esclarecimentos. Com a compilação e análise dos estudos selecionados referentes à captação da percepção dos cidadãos sobre gastos indiretos fornecidas por essa pesquisa, atingiu-se o objetivo desse estudo, cujas limitações podem ser vislumbradas quanto às bases pesquisadas e eventual não identificação e seleção de estudo relacionado.

As contribuições desse estudo se dão no campo acadêmico, participando desse

movimento incipiente de publicações na área e abrindo o campo para pesquisas brasileiras. Aos formuladores de políticas públicas e responsáveis por entrega de benefícios via gastos, ofereceu-se um compilado de informações que podem nortear as escolhas de meio de entrega, compreendendo melhor a percepção pública sobre gastos tributários, assim como fomentar um debate na área. Aos cidadãos, de forma geral, surge a possibilidade de se verem representados em suas percepções e, de alguma forma, aproximá-las dos tomadores de decisões públicas, que muitas vezes não tem ciência de como suas políticas são vistas pela sociedade. Aos interessados pela compreensão do comportamento humano em sociedade, um novo campo a ser estudado, com imensas possibilidades.

Percebe-se que os estudos sobre o tema, ainda incipientes, não evidenciam pesquisas realizadas por pesquisadores brasileiros ou voltadas ao cenário brasileiro. A especificidade do assunto, a seminalidade dos estudos norte-americanos e as limitações de pesquisa relacionadas às bases consultadas são suposições que podem sustentar essa informação. Isso faz ainda mais sentido em um cenário em que os retornos não somente não trouxeram pesquisas nacionais como não trouxeram pesquisas de outros países, mostrando o campo fértil ainda a ser explorado pelos estudos acadêmicos.

Ainda, evidencia-se que a percepção sobre gastos indiretos é focalizada geralmente em contraste com gastos diretos, tecendo comparativos, além de características singulares. Depreende-se um campo carente em pesquisa, com a conseqüente possibilidade de inúmeros estudos que podem ser empreendidos. Em olhares que pretenderam verificar as percepções de acordo com ideologia, informação, linguagem, efeito redistributivo, percepções sobre os beneficiários, impacto na dívida nacional, preferências de recebimento e contraste com gastos diretos, pautados em teoria, os estudos selecionados e analisados trouxeram à tona variáveis que impactam no fenômeno, ampliando os potenciais de sua compreensão.

Sugestões de novas pesquisas incluem um universo de pesquisas em outras bases além das já citadas, ampliando as possibilidades, eventualmente, de encontrar outros estudos correlatos e temáticas relacionadas. A atenção a pesquisas somente norte-americanas pode ser um dos fatores influenciadores pela escolha das bases, pelo qual se reconhece que poderiam ser vislumbrados outros contextos geográficos com a ampliação das bases de dados. Vê-se grande espaço para aprofundamento de pesquisas na área. Para o Brasil, há uma realidade a ser enfrentada com o uso simultâneo de benefícios entregues por meios diretos e indiretos, muitos ainda desconhecidos pela população. Para as pesquisas em geral, os avanços podem ser dar na representatividade da amostra em termos de população nacional, em comparativos entre países, dentro do possível, e em pesquisas correlatas com experimentos em percepção e concessão de informações acerca dos institutos. Avanços podem ser esperados, também, com o desenvolvimento de novas formas de mensuração, medidas e escalas relacionadas ao fenômeno de interesse.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ARAÚJO, Ewerton Melo; PAES, Nelson Leitão. Desoneração da cesta básica ou expansão do programa bolsa família? Uma simulação por equilíbrio geral computável. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 23, n. 1, 2019.

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; CABELLO, Otávio Gomes. Controle e Transparência sobre os Gastos Tributários em Municípios Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2020.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BRANCO, Rui; COSTA, Edna. The Golden Age of Tax Expenditures: Fiscal Welfare and Inequality in Portugal (1989–2011). **New Political Economy**, 24:6, 2019, 780-797.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

**Portal da Legislação**. Brasília, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Portal da Legislação**. Brasília, 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Portal da Legislação**. Brasília, 1966. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Portal da Legislação**. Brasília, 2000. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/lcp/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BUISSA, Leonardo; BEVILACQUA, Lucas; MORAIS, Pedro Henrique. Incentivos fiscais de ICMS e renúncia de receita com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). **R. Fórum Dir. Fin. e Econômico – RFDPE**. Belo Horizonte, ano 6, n. 11, p. 127-143, mar./ago. 2017.

BURMAN, Leonard E.; PHAUP, Marvin. Tax expenditures, the size and efficiency of government, and implications for Budget Reform. Chapter in NBER book **Tax Policy and the Economy**, Volume 26 (2012), Jeffrey Brown, editor (p. 93 - 124). Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w17268>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CLARKE, Conor; FOX, Edward. Perceptions of Taxing and Spending: A Survey Experiment. **The Yale Law Journal**, n. 4, v. 124, 2015.

COSTA, Francisco José da. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**: aplicações em administração. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

DAVIE, Bruce F. Tax expenditures: the basics. **New Directions for Evaluation**, no. 79, Fall 1998. Special Issue: Evaluating Tax Expenditures: Tools and Techniques for Assessing Outcomes. Jossey-Bass Publishers. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ev.1105>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DEVELLIS, Robert. F. **Scale development**: theory and application. 3rd ed. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 2012.

DINIZ, Érica; AFONSO, José Roberto. **Benefícios fiscais concedidos (e mensurados) pelo**

- Governo Federal.** Texto de Discussão FGV/ IBRE, 26 p, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.joserobertoafonso.com.br/attachment/13001>>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- BONILLA, Juan Miguel Hernández. Em 95% dos artigos científicos, inglês cria ‘ditadura da língua’. Apenas 1% está em português e espanhol. *EL PAÍS. Ciência. Educação*. 28. Jul. 2021. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-07-28/em-95-dos-artigos-cientificos-ingles-cria-ditadura-da-lingua-apenas-1-esta-em-portugues-e-espanhol.html> >. Acesso em: 30 jul. 2021.
- ELLIS, Christopher; FARICY, Christopher. Social Policy and Public Opinion: How the Ideological Direction of Spending Influences Public Mood. *The Journal of Politics*, v. 73, n. 4, pp. 1095-1110, 2011.
- ELLIS, Christopher; STIMSON, James. A. **Ideology in America**. Cambridge: Cambridge Press, 2012.
- ELSEVIER. **Scopus**. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus#:~:text=Oferecendo%20um%20panorama%20abrangente%20da,monitorem%2C%20analisar%20e%20visualizar%20pesquisas>>. Acesso em: 29 dez. 2020.
- FARICY, Christopher; ELLIS, Christopher. Public Attitudes Toward Social Spending in the United States: The Differences Between Direct Spending and Tax Expenditures. **Political Behavior** (2014) 36:53-76. Published online 24 mar. 2013.
- FARICY, Christopher; ELLIS, Christopher. Race, “Deservingness,” and Social Spending Attitudes: The Role of Policy Delivery Mechanism. **Political Behavior** (2019). DOI: <https://doi.org/10.1007/s11109-018-09521-w>.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV SB Biblioteca Digital. **EBSCO. Business Source Complete**. Disponível em: < <https://sistema.bibliotecas-bdigital.fgv.br/bases/ebSCO-business-source-complete> >. Acesso em: 29 dez. 2020.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **Código de boas práticas para a transparência fiscal**. [S.l.], 2007. 19 out. 2007. Disponível em <<https://www.imf.org/en/Publications/Manuals-Guides/Issues/2016/12/31/Guide-on-Resource-Revenue-Transparency-2007-18349>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- GILENS, Martin. **Why americans hate welfare**: the battle over public and private social benefits in the United States. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- HAIR JR., Joseph. F.; BABIN, Barry. J.; MONEY, Arthur. H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HANSEN, John M. Individuals, institutions, and public preferences over public finance. *The American Political Science Review*, 92 (3), 1998, 513-31.
- HASELSWERDT, Jake; BARTELS, Brandon L. Public Opinion, Policy Tools, and the Status Quo: Evidence from a Survey Experiment. *Political Research Quarterly* 68 (3), 2015, pp. 607-621.
- HARADA, Kiyoshi. Lei de Responsabilidade Fiscal. Requisitos para concessão de incentivos tributários. **Âmbito Jurídico**. 01 dez. 2011. Disponível em: < <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/lei-de-responsabilidade-fiscal-requisitos-para-concessao-de-incentivos-tributarios/>>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- HEALD, David. Public Expenditure and Public Accountability. **OMEGA The International Journal of Management Science**, v. 7. n. 5, 1979. pp. 469 to 479.

- HORTON, Tim. Solidarity Lost? Labour and the Politics of the Welfare State. **The Political Quarterly**, v. 81, n. 1, 2011. pp. S31-S45.
- HOWARD, Christopher. **The hidden welfare state**: tax expenditures and social policy in the United States (3), 1997.
- MARPLES, Donald J. Tax expenditures: overview and analysis. **Congressional Research Service**, 7-5700. R44012. 30 apr. 2015. Disponível em: < [https://govbudget.com/wp-content/uploads/2018/10/Tax-Expenditures\\_-Overview-and-Analysis.pdf](https://govbudget.com/wp-content/uploads/2018/10/Tax-Expenditures_-Overview-and-Analysis.pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de direito tributário**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- METTLER, Suzanne. Reconstituting the submerged state: The challenges of social policy reform in the Obama Era. **Perspectives on Politics**, 8, 803-824.
- MORAES, Bruna Márcia Machado; BENDER FILHO, Reisoli. Mercado Brasileiro de Lácteos: análise do impacto de políticas de estímulo à produção. **RESR**, Vol. 55, Nº 04, p. 783-800, Out/Dez 2017.
- NABAIS, José Casalta. Nota sobre o dever fundamental de pagar tributos. In: ALLEMAND, Luiz Cláudio Silva (Coord.). **Direito tributário: questões atuais**. Brasília: OAB, Conselho Federal, Comissão Especial de Direito Tributário, 2012. 540p. P. 251-258.
- NÓBREGA, Marcos. Renúncia de receita; guerra fiscal e tax expenditure: uma abordagem do art. 14 da LRF. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL**. 2002. Disponível em: <<https://www.cepal.org/ilpes/noticias/paginas/6/13526/marcosnobrega1.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- OCDE (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT). **Tax expenditures in OECD Countries**. 2010. Disponível em: < <https://www.oecd.org/gov/budgeting/taxexpendituresinoecdcountries-oecdpublication.htm>>. Acesso em: 28 jul 2020.
- PASQUALI, Luiz. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. Petrópolis: Vozes: 2004.
- PELLEGRINI, Josué Alfredo. Gasto Tributário: aspectos conceituais, experiência internacional e o caso do Brasil. **XXI Prêmio Tesouro Nacional 2016**. 3º lugar. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/558095/3o-lugar-josue-alfredo-pellegrini-005.pdf/5071ce15-38df-499c-aa82-123957c03e4d>>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- PIERSON, Paul. When effect becomes cause: policy feedback and political change. **World Politics**, 45, 1993, p. 595-628.
- PIMENTEL, Cacia Campos. A eficiência do gasto tributário e a utilização das políticas de renúncia fiscal na cultura. **Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 2, p. 486-507, maio/ago. 2019.
- PUREZA, Maria Emília Miranda. Disciplinamento das Renúncias de Receitas Federais: Inconsistências no Controle dos Gastos Tributários. Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. **Cadernos Aslegis**, v.8, n.29, p. 41-74, maio/ago. 2006.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às

ciências sociais. BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-96.

SHOUP, Carl. S. Surrey's Pathways to Tax Reform – A review article. **The Journal of Finance**, Vol. 30, No. 5 (Dec., 1975), pp. 1329-1341.

STREAMS, Meg; GAVILO-LANE, Laurie. Tax expenditures as social policy. A. Farazmand (ed.), **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance**, Springer International Publishing AG 2016. DOI 10.1007/978-3-319-31816-5\_2649-1

SURREY, Stanley S.; MCDANIEL, Paul R. The tax expenditure concept and the budget reform act of 1974. **Boston College Industrial and Commercial Law Review**, Rev. 679, v. 17, issue 5 number 5 article 1, jun 1976.

TODER, Eric. Tax Cuts or Spending - Does it Make a Difference? **Tax Policy Center**: Urban Institute & Brookings Institution. 8 jun. 2000. Disponível em: <<https://www.taxpolicycenter.org/publications/tax-cuts-or-spending-does-it-make-difference/full>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

TRONQUINI, Luiz Felipe Menezes; LIMBERGER, Têmis. Renúncia de receita tributária e cibertransparência: sobre a (in)disponibilização de informações pelos portais da transparência dos dez municípios com maior produto interno bruto (PIB) do estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Direito Tributário e Financeiro**, n. 2, v. 3, p. 87-103, 2017.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Rational Choice and the framing of decisions. **The Journal of Business**, Vol. 59, No. 4, Part 2: The Behavioral Foundations of Economic Theory (Oct., 1986), pp. S251-S278.

UNOESC. Biblioteca EBSCO. Disponível em: < <https://www.unoesc.edu.br/biblioteca/ebSCO> > Acesso em: 29 dez. 2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

WLEZIEN, Christopher. **The public as thermostat**: dynamics of preferences for spending. *American Journal of Political Science*, 39, 1995, p. 981-1000.

ZEE, Howell. H.; STOTSKY, Janet G.; LEY, Eduardo. Tax incentives for business investment: a primer for policy makers in developing countries. **World Development**, v.30, n.9, p.1497–1516, 2002.